

*Novo perfil para a categoria dos jornalistas*

# **EM BUSCA DE UM NOVO PERFIL ORGÂNICO, POLÍTICO E ESTRATÉGICO PARA A CATEGORIA DOS JORNALISTAS**

A base desta tese foi apresentada por Beth Costa (RJ), Sérgio Murilo (SC) e Daniel Herz (RS) ao 25º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Fortaleza, em abril de 1992, como justificativa para uma proposta de plano emergencial de ação da Federação Nacional dos Jornalistas. Seus principais elementos são agora apresentados para o debate, no Encontro Estadual dos Jornalistas do Paraná, como subsídio para a formulação de linhas de ação sindical.

## **I.**

### **INTRODUÇÃO: ABERTURA, CORAGEM E MATURIDADE PARA PENSAR NOSSOS PROBLEMAS**

A atividade sindical é um eterno e desgastante "correr atrás da máquina". Somos pautados o tempo todo. Impelidos por uma rotina que nos comanda. Poucos encontram tempo para pensar com profundidade sua própria prática. Dissídios, crises nas redações, demissões, baixos salários, burocracia interna - cotidianamente as circunstâncias dizem o que devemos fazer e, muitas vezes, o que devemos ser. Para que nossa prática seja um gesto da consciência e não uma mera reação às *coisas*, é preciso uma atitude de rebeldia e uma contraposição radical ao cotidiano do movimento sindical.

Estratégia, posições políticas e definições sobre organização exigem informações especializadas, capacidade de análise, esforço de prospecção. Isto é, exigem meios e dedicação apropriados que geralmente não dispomos, mas também não nos esforçamos para constituir..

A situação e os problemas do movimento sindical dos jornalistas não estão longe da média do movimento sindical brasileiro o que, ao contrário de ser um consolo, é a constatação de uma grave situação. O sindicalismo no Brasil está sem rumo, atravessado por sérios impasses e com imensas dificuldades para responder às demandas dos trabalhadores e da sociedade.

Também é necessário reconhecer uma correspondência entre a situação dos sindicatos de jornalistas e a da própria categoria. Num quadro de sistemas de comunicação de massa monopolizados e mercado extremamente limitado (especialmente fora do eixo Rio-São Paulo), a categoria dos jornalistas está em franca degradação: além dos baixos salários, necessidade de duplicação de empregos, extenuantes rotinas de trabalho, percebe-se sintomas de angústia pela desvalorização das funções profissionais face à renovação

tecnológica, incompreensão quanto ao seu papel social e sensação de impotência diante da submissão do interesse público ao interesse privado na atuação dos veículos.

Não é difícil compreender porque os jornalistas encontram-se na defensiva, despolitizando-se, abandonando a profissão, recolhendo-se à vida privada, caindo no alcoolismo. Ou então integrando-se: produzindo sem outro sentido além da mera satisfação pessoal, deslumbrando-se com a forma em detrimento do conteúdo, negligenciando tanto o impacto como a necessidade de informação, enfim, deixando de pensar no que faz e, assim, sendo movido por causas que lhe são externas.

Falar em ética profissional é quase sinônimo de falar em desemprego. Muitos companheiros, quando entram nas redações parecem deixar de ser cidadãos. Acabam se despidendo de princípios que, inclusive, adotam na sua vida pessoal. Alguns, ativamente ou passivamente, negligenciam a realidade dos fatos, mentem, omitem, prejudicam pessoas.

Parece não haver tempo para refletir sobre a profissão - na verdade, o que falta é *vontade* - pensar em nosso papel e responsabilidades públicas, refletir sobre as condições para resistir às iniquidades, fazer a consciência e não a *lógica das coisas*, que é a *lógica da mercadoria*, assenhorar-se da nossa atividade profissional.

O mais grave é que não produzimos cadeiras, salames ou liquidificadores. Nossa atividade profissional produz, em escala de milhões, interpretação da realidade, indução de intenções, vontades, comportamentos, hábitos e valores. Indicamos quem deve ser respeitado, quem ou o quê deve ser amado ou odiado. Neste sentido, produzimos cultura, consciência e podemos afirmar, sem exagero, que participamos da estimulação ou desestimulação da própria vontade nacional. E muitas vezes operamos isso tudo sem refletir, nem individual, nem coletivamente, sobre o que estamos fazendo.

Precisamos superar a inconsciência, a irresponsabilidade, a negligência. Precisamos recompor nosso perfil orgânico, nossa política e nossa estratégia para existir dignamente como particularidade da sociedade civil e como cidadãos.

É difícil desnudar o movimento sindical para si próprio. Para isso, é preciso uma postura antidogmática, abertura intelectual, maturidade psicológica e uma atitude de inconformidade com posições cristalizadas. É, portanto, com sentido crítico, mas também profundamente autocrítico, que alinhamos as reflexões que seguem, propondo um debate radical sobre a situação do sindicalismo no Brasil, em geral e, em particular sobre a situação dos jornalistas.

## II. AS TRÊS VERTENTES

Identificamos três grandes vertentes produzindo as principais linhas teóricas e políticas que influenciam a atual organização e prática do movimento sindical no Brasil. É o que veremos a seguir.

### SINDICALISMO DE RESULTADOS

A primeira vertente é a do *sindicalismo de resultados*, que se conforma com a luta econômica e se volta para a obtenção de resultados imediatos e a qualquer preço, com uma

postura apolítica, despreocupada de conduzir a atividade humana a novos patamares de dignidade. Assim contribui para a perpetuação da *coisificação* do homem. Suas demandas não se transformam em movimento político. Por isso é tão bem recebido pelas classes dominantes, que o tratam como um tipo válido de sindicalismo, capaz de represar demandas políticas com a camisa de força do corporativismo.

É a vertente mais antiga e a mais criticada, mas nem por isso menos atual. Sua crítica, já operada no fundamental pelo marxismo, atualmente apresenta dificuldades para contê-lo. O sucesso atual do *sindicalismo de resultados*, por isso, demonstra claramente os limites das críticas e das alternativas que são propostas às massas. Além da sua roupagem "atualizada", o seu pragmatismo e utilitarismo têm o "mérito" de gerar "resultados" e isso, num período de aguda crise, é bem recebido pelas massas.

### **FERRAMENTA DA CLASSE**

A esquerda, de tradição marxista, critica a redução do sindicalismo à luta econômica, denunciando-a como insuficiente para enfrentar a dominação burguesa e ressaltando que é necessário elevá-lo à luta política. Com esse enfoque, pensa-se a atividade sindical como subordinada à racionalidade contida no projeto socialista.

As funções atribuídas a esse sindicalismo são meramente instrumentais. Antes da revolução, lhe é atribuído o papel de *ferramenta da classe*, e suas funções são confundidas e subordinadas às do partido, na luta contra a exploração e a ordem burguesa.

Nessa perspectiva, após a revolução, os sindicatos teriam dois rumos possíveis: ou seriam suprimidos ou absorvidos pelo Estado (nas versões stalinistas e trotskistas), por se entender que não há sentido na sua existência diante de um "Estado operário"; ou seriam transformados (na versão leninista) em "escola do comunismo", admitindo-se uma autonomia relativa para defender os operários do próprio Estado mas tendo, no fundamental, um "papel educativo" e de esclarecimento, à classe, de rumos que já estavam pré-determinados. Nos dois enfoques o sindicalismo, no período pós-revolucionário, é tratado com sentido utilitário e pragmático - explicitamente, no sentido dado por Stálin e Trótski, e com mediações, no caso de Lênin.

São as prescrições dessa tradição marxista para o período de luta pela revolução, entretanto, que nos influenciam mais intensamente. A grande tarefa atribuída ao sindicalismo é produzir o aumento das tensões e contradições, através das reivindicações e enfrentamentos decorrentes da luta econômica. Esse tensionamento, através do aumento da quantidade de movimentos reivindicatórios, paulatinamente levaria à transformação da qualidade da consciência e do processo político, ou seja, ao amadurecimento das condições para a revolução socialista. Constata-se claramente, nessa perspectiva, um mecanicismo de extração positivista, que foi assimilado e incorporado à dialética marxista como a lei do acúmulo quantitativo que leva à mudança qualitativa. O grevismo - o apoio a qualquer greve, independente do mérito - inspira-se no materialismo mecanicista e na fé de que seria capaz de produzir uma mudança na qualidade das relações sociais.

O "instrumento" sindical, assim mobilizado, revelaria o desejo de emancipação do proletariado e denunciaria os laços que o aprisionam a um modo de produção e a uma classe que o explora, que absorve os resultados do seu trabalho. E, além disso, transforma

em mercadoria sua essência, reduzindo-o a uma *coisa*, produto da mercadoria em seu movimento incessante. Essa caracterização da *coisificação*, aliás, é uma insuperável contribuição da crítica marxista que revela, a despeito de tudo, a grandiosidade e a generosidade do projeto humano que essa vertente encarnou.

Essa visão do sindicalismo empenha-se em lançar as bases de uma nova sociedade e dotar o proletariado de força política e econômica. Ao contrário do que ocorria na União Soviética do início do século, porém, as crises que consegue produzir não têm hoje o mesmo impacto. Na época, uma greve numa fábrica era capaz de colocar em comoção um bairro e o movimento chegava a gerar um verdadeiro poder paralelo. Hoje, uma greve numa unidade industrial ou num ramo da economia, num sistema produtivo incomparavelmente mais complexo, está longe de ter esse mesmo impacto e efeito político. Atualmente, a dominação e a reprodução das relações sociais está mais ligada à subjetividade, à hegemonia, aos aspectos psicossociais. Uma eventual proximidade entre as fábricas e os locais de moradia conta menos do que a presença da televisão dentro das casas de cada um, só para citarmos um exemplo.

Mesmo compreendendo que a luta revolucionária não se dá nos marcos de 1917 e não é insurrecional, a esquerda ancorada na ortodoxia marxista não foi capaz de superar essas estratégias e táticas e prossegue com a mesma abordagem utilitária do sindicalismo e da política em geral. Apesar de, corretamente, criticar o caráter limitado da luta econômica, não consegue, na prática, ultrapassá-lo. Fica terçando armas com o *sindicalismo de resultados*, em desvantagem na luta econômica, e não consegue atribuir outras finalidades ao sindicalismo nos dias de hoje.

Uma das origens desse atraso é a subserviência das lideranças sindicais a intelectuais que sistematicamente os traem ou abandonam. Assumindo uma postura de quem "não precisa" ou "não tem tempo" para pensar - na verdade uma atitude de auto-atribuída "impotência mental" - muitas lideranças adotam um ativismo apegado a fórmulas e desprovido de reflexão. Sem investir na sua autonomia intelectual essas lideranças deixam de reconhecer que a teoria é decisiva para a elaboração de estratégias e de condução consciente da luta política. A autonomia intelectual e a capacitação teórica são tratadas como privilégio de iluminados, e não como algo que está ao alcance de todos. Sem autonomia intelectual, sem capacidade para uma aproximação teórica com a realidade na qual se intervém, nenhuma liderança ou militante se alça sequer à condição de cidadão.

Constatamos também a estreiteza com que o marxismo ortodoxo se relaciona com as particularidades integrantes do todo social, incapaz de apreender a autonomia relativa que o movimento sindical, como uma dessas particularidades, pode ter em relação aos seus fins últimos. O marxismo só reconhece as particularidades enquanto enquadradas num projeto cuja essência mais geral já está definida. As particularidades se relacionam com esta essência previamente constituída como seus meros epifenômenos. A vida social só é entendida como legítima nas suas expressões da universalidade, desprezando ou não se dando ao trabalho de entrar no mérito propriamente específico das suas particularidades.

A subordinação dos sindicatos ao projeto revolucionário tende a sufocar a especificidade das lutas e dos setores sociais. A reivindicação de creches, pelas mulheres operárias, por exemplo, apesar de ser uma demanda real e importante, por muito tempo foi

tratada como algo secundário, pois era entendida como desvio dos "grandes" objetivos revolucionários. Além disso, essa subordinação ao "projeto revolucionário", nessa perspectiva, é tão intensa que, do ponto de vista prático, as reivindicações acabam sendo, no afã de produzirem enfrentamento com o capital, essencialmente corporativas.

A submissão das particularidades aos projetos globais se deve ao fato do marxismo identificar no mundo uma essência pré-existente, e o socialismo como o desvelar desta essência que, nos seus aspectos mais gerais, já estaria definida. Na sua concepção de homem, ou trata como algo que já "está dado", embora deva ser reencontrado na sua "pureza comunista" porque foi perdido, ou como um "dever ser", um imperativo moral.

Essa vertente impregna muitos traços perversos aos setores mais combativos do sindicalismo brasileiro: a supressão das particularidades, a submissão cega ao suposto "projeto revolucionário", o mecanicismo na justificação de opções políticas, o ranço anti-teórico, o ativismo irrefletido, o utilitarismo e o pragmatismo político. Os bons propósitos dessa vertente acabam resultando em práticas que contradizem a idéia da pretendida emancipação do homem.

### **DESQUALIFICAÇÃO DO SINDICALISMO**

Uma terceira vertente que inspira posições sobre o sindicalismo no Brasil, atualmente, é recente e tem como característica principal uma silenciosa recusa da sua importância. Ainda assim, cabe examiná-la, mesmo que de forma breve e em suas linhas mais gerais, pela crescente influência que vem adquirindo sobre as condutas políticas, inclusive no meio sindical.

Esta vertente supõe que uma racionalidade imanente subjaz ao próprio processo de linguagem possibilitando que, através do "debate", as relações humanas seriam conduzidas a patamares ontologicamente superiores de humanização. Reconhece, na estruturação do processo de linguagem e no estabelecimento de uma "ação comunicativa", uma racionalidade positiva, benigna, que tem no "debate" o seu momento do confronto de "opiniões", seu momento de máxima valorização da consciência.

O mundo tende, entretanto, a se barbarizar, ao invés de seguir o suposto caminho da humanização mediante o "debate". Esse problema é equacionado, por esta vertente, atribuindo-se os descaminhos à emergência de um "mundo sistêmico" que corrompe a positividade produzida pelo "debate". O "mundo sistêmico" resulta da preocupação humana de que a vida deveria ser sujeita à racionalidade - perspectiva que adquiriu força especialmente sob a inspiração do *iluminismo*. Como todo produto da atividade humana sempre excede os fins particulares para os quais foi concebido, também essa racionalidade exorbita seus propósitos. E adquire caráter perversamente instrumental, constituindo-se razão de Estado e razão tecno-burocrática. Essa racionalidade instrumental, própria do "mundo sistêmico" tem seu contraponto no "mundo vivido" - tomado como o mundo das "opiniões", da consciência e do "debate" - e tenderia a avançar no sentido de engolfá-lo.

A racionalidade instrumental, por outro lado, gera e reflete interesses que condicionam a pureza elementar das "opiniões" e contamina o "debate". Para se realizar adequadamente, o "debate" teria que ser depurado dos interesses.

Essa vertente comete dois grandes equívocos. O primeiro é o de dissociar as premissas filosóficas, teóricas e políticas produzidas pelo homem e a configuração do *mundo sistêmico*. Afinal, se o mundo se barbariza, apesar da positividade supostamente contida na linguagem, é porque - e isto esta vertente não considera - os dogmas e perversões já estavam contidas nas filosofias e teorias que resultaram nas práticas humanas que ocorrem no mundo sistêmico.

O segundo equívoco é o de atacar o caráter instrumental da *razão* mas diluir o papel da mercadoria na constituição do *mundo sistêmico*. Este, porém, só se tornou global e efetivamente "sistêmico" pelo papel cumprido pela mercadoria, como "célula inversora entre meios e fins". Isto é, o que antes era um fim, o produto da atividade humana, torna-se um meio para obter lucro e o que era apenas um meio para regular trocas, o dinheiro, como *capital* torna-se o elemento que acaba por presidir o processo. Com o advento da mercadoria passa-se a ter um "denominador comum" ao qual pode ser reduzido qualquer aspecto particular da essência humana, a capacidade de operar uma britadeira, um livro de poemas, ou qualquer produto ou serviço.

Sem dúvida, é na submissão e também no confronto com esta lógica que se constitui o mundo moderno. Os meios tendem a se autonomizar e presidir os fins e a essência humana torna-se estranha aos próprios homens que a produzem. Este é o mundo onde "tudo o que é sólido desmancha no ar". A essência humana objetivada reduz-se aos olhos dos homens a *nada*, pois estes não se reconhecem naquilo que produzem, não percebem que o seu "espírito" impregna tudo o que produzem, tudo o que projetam fora de si.

Diante deste mundo, a visão proposta por esta vertente não facilita a tarefa dos homens se apropriarem de sua essência, construída fora de si. A idéia de "mundo sistêmico" e "mundo vivido" acaba por seccionar a *práxis* humana. A lógica de ser do gênero humano acaba repousando em um único aspecto, fica unilateralizada no "debate". Ao mesmo tempo o mundo objetivo é abordado de um ponto de vista negativo - como "mundo sistêmico" - e em nome de uma idealidade sobre como deveria ser o mundo, acaba-se por empobrecê-lo ainda mais.

A apropriação da essência humana também não é favorecida pelo seccionamento entre "opinião" e "interesse". Prejudica-se a compreensão das determinações e condicionamentos que, concretamente, constituem o *ser*. Não é tratando todos os interesses como indignos e particularistas que nos livraremos da cristalização do particular, em qualquer forma ou instituição de representação coletiva. Ao contrário, o risco maior que corremos é de, pensando evitar o particularismo, dissimulá-lo, no afã de superá-lo, sucumbirmos frente a ele.

Essa vertente, desse modo, silencia em relação à prática sindical, embora inspire a compreensão de que o sindicalismo deve resumir-se a equacionar um aspecto do conflito humano, que é o do distributivismo, a disparidade na distribuição das riquezas. O sindicalismo, portanto, faria parte de uma luta própria do "mundo sistêmico". A atividade sindical seria algo próprio do mundo empobrecido das relações contidas no interior do "mundo sistêmico" e incomparavelmente "menor", em relação aos espaços institucionais onde realmente se trataria da "universalização" do homem. Essa vertente, assim, praticamente flerta com o sindicalismo de resultados porque não articula vontades, não

produz sujeitos políticos dispostos a intervir na luta econômica, não é capaz de instrumentalizar meios e daí fazer as conexões entre a luta econômica e a luta política.

### **INSUFICIÊNCIA DAS TRÊS VERTENTES**

As vertentes aqui assinaladas apresentam alguns traços comuns. Todas, na prática, rebaixam o significado da atividade sindical. Não lhe atribuem um estatuto próprio, uma esfera própria de atuação social, com autonomia relativa, capaz de produzir algo mais do que resultados ou contradições políticas.

É necessário, portanto, um reequacionamento das bases através das quais flui a constituição da essência humana na atividade sindical. Esse reequacionamento deve romper com o corporativismo explícito e assumido do *sindicalismo de resultados*. Deve superar a idéia de unilateralização do trabalho na constituição da essência humana, tal como é vista pelo marxismo. E deve atribuir ao sindicalismo, compreendendo a unidade do mundo, algo mais do que a condição de peça bastarda de enfrentamento no mundo sistêmico.

Pode o sindicalismo ser entendido como algo que tem uma unidade, uma esfera própria, um papel específico de construção da essência humana? Entendemos que sim e é que pretendemos afirmar a seguir.

## **III. A SUPERAÇÃO DA IDENTIDADE NEGATIVA**

Tal como existiu até hoje, o sindicato é menos uma criação dos trabalhadores do que a resultante de circunstâncias criadas pelas classes dominantes, pelos donos dos meios de produção. Historicamente o movimento sindical constitui uma postura reativa, contrapositiva à exploração. Assim, expressa o conflito humano em um patamar mais próximo de sua naturalidade. Realiza a política como fruto de circunstâncias onde a determinação sobrepuja, largamente, a possibilidade do exercício da liberdade.

É preciso, reconhecendo esta situação e percebendo, inclusive, a inferioridade na iniciativa, compreender a possibilidade de autonomia relativa da atividade sindical. Trata-se de uma atividade humana que pode ir além do enfrentamento das relações econômicas desumanizadas. É necessário, para isso, que reconheçamos a atividade sindical como um fim em si mesmo, que não se esgotará mesmo com uma transformação profunda das relações econômicas e sociais.

O reconhecimento de uma função superior do sindicalismo, como prática capaz de ensejar possibilidades humanizadoras, se ampara na constatação de que o conflito deve ser pensado e presidido por critérios que superem a naturalidade, isto é, a *lógica das coisas*, a *lógica da mercadoria*. As posições diante do conflito não podem se limitar às determinações estritas da naturalidade, como o fazem dois animais famintos diante de uma limitada porção de comida. Ou como o fazem homens movidos pela *lógica da mercadoria* que tem como único compromisso sua própria reprodução. É preciso promover um ruptura com essas determinações. É necessário reconhecer, só para citarmos um exemplo, que o conflito não pode resultar na destruição do objeto pelo qual se luta.

Para isso é necessário superar a identidade negativa que é produzida mas também produz o próprio sindicalismo. É preciso ir além de uma identidade que precisa ser constituída contra algo ou alguém, que é a característica do estabelecimento de uma identidade negativa. Temos que ter a ousadia de constituir, a partir da natureza da atividade profissional, uma identidade própria e atentar para os limites e as possibilidades da sua função social. E assim capacitar os integrantes dessa categoria a produzir a si próprios, a tomar nas mãos a tarefa de emancipação, isto é, utilizar a consciência como contraponto da obediência a fórmulas e da submissão à *lógica das coisas*.

### **AS BASES DA IDENTIDADE E DO SENTIDO**

Esse sindicato deve ter a ousadia de buscar exceder os limites que a sociedade - na verdade a *lógica da mercadoria* - impõem a cada atividade humana. Deve buscar uma identificação plena dessa atividade humana com os propósitos que a categoria se atribui e com os compromissos que esta assumir publicamente ou que forem democraticamente atribuídos, na esfera pública, à sua atividade, considerando a necessidade de atendimento das demandas relevantes de outros setores sociais.

Ao descortinar as possibilidades do exercício de uma atividade humana, verifica-se também os limites de cada atividade, o momento a partir do qual elas, inevitável ou necessariamente, se relacionam com as demais atividades e demandas humanas. Isto é, a identidade dessa categoria surge pela compreensão da sua responsabilidade social, do *quanto* e do *como* ela precisa se relacionar com outras atividades humanas que também desempenham papel social. Essa identidade também decorre da constatação de que cada categoria precisa se posicionar diante de demandas do conjunto da sociedade. Esse é o momento em que se dão as opções políticas, é o momento em que a relação com outros setores e com o conjunto das demandas sociais, inevitavelmente produz um denominador comum, partilhado por toda sociedade - por relações de pertinência ou mesmo de exclusão - que é a esfera pública.

A humanização e a dignificação de uma categoria profissional tem a medida da sua capacidade de se relacionar com outras demandas, com outras vontades e outros segmentos sociais. Quanto mais capaz de se identificar e se relacionar com outras demandas, mais avançará e contribuirá para a emancipação do homem e o exercício da cidadania. A categoria deve se constituir como um *ser* e não apenas como um *não-ser*.

Vislumbrar o alcance e os limites de cada atividade em particular, desenvolver tanto uma identidade própria e capacidade de pensar *o todo* das relações sociais são os caminhos para humanizar e dar sentido não só à prática da política, como à própria existência de uma categoria.

O sindicato pode começar a cumprir esse papel ativo reduzindo sua pretensão estratégica de ser o "porta voz" de todos os oprimidos, mas também indo além da sua prática atual de "administrar" dissídios.

### **OS LIMITES DA LUTA ECONÔMICA**

Descortinar novas dimensões para a atuação sindical, evidentemente, não significa renegar ou abdicar da luta econômica, até porque existem condições materiais que devem ser asseguradas para que os produtores de um ofício não só subsistam, mas tenham

condições favoráveis para se apropriar de si e do mundo e constituir, a partir da essência do gênero, sua própria essência, sua própria individualidade. Condições materiais básicas para além da subsistência são um pré-requisito para que esse processo possa ser deflagrado.

Sem negar a dimensão da luta econômica, o que defendemos é que esta, apesar de irrenunciável, não deve ser o aspecto essencial da constituição da nossa identidade. Admitir o contrário seria reduzir a identidade àquilo que tem de mais natural, a um mero produto das condições de degradação que motivam a luta econômica. Paradoxalmente propomos esta abordagem num momento em que os jornalistas, nacionalmente, vivem um dos seus piores momentos, sujeitos a remunerações aviltantes e péssimas condições de trabalho. Mas resumir nossa luta à busca de melhor remuneração seria reagir de uma forma codificada pela *lógica da mercadoria*, persistindo dentro das relações dominantes.

Há algo mais importante e mais profundo em disputa, algo que não se alcança pela melhoria da remuneração. O que está em disputa é o sentido da nossa existência como categoria e como indivíduos. Através do jornalismo produzimos conhecimento, resultando em produtos - jornais, revistas, telejornais, radiojornais - com os quais, de um modo geral, não nos identificamos. A estranheza que temos em relação a esses produtos, justamente nós que temos uma decisiva parcela de responsabilidade por sua produção, não é muito distinta da estranheza com que eles são recebidos na sociedade. Esses produtos, que irrompem na vida e no cotidiano de milhões, tampouco tem um sentido visível: para a grande maioria é algo que "esta lá", sem que exista clareza em relação ao processo de produção e a *contratualização* tácita que estes encarnam. No que se refere aos veículos como o rádio e a televisão, que se valem de um recurso natural como o espectro de frequências, é dramático constatar que o uso desses recursos públicos seja usurpados e sirvam para cumprir um papel fundamentalmente privado em detrimento do interesse público.

Negligenciar esta dimensão da nossa existência profissional é jogar nossas horas de trabalho na mesma lata de lixo em que jogamos todos aqueles momentos do dia de ontem, de anteontem e de cada dia, em que fazemos coisas tão banais que nem somos capazes de recordar. Dissipar a existência com uma infinita sucessão de momentos descomprometidos com a construção da essência é direito de qualquer um. Não é direito, porém que os indivíduos não tenham escolha e façam isso desconhecendo a potencialidade oculta ou dissimulada na nossa existência profissional e pessoal. Essa potencialidade, se não for reconhecida ou apropriada por cada um, com certeza será apropriada por outros. Nossa opção é: ou nos preocupamos e nos empenhamos com a construção do *ser*, com a construção de uma essência individual e social, ou nos conformamos com o *nada*. Ou nos propomos com a construção do ser, ou delegamos a outros - os setores dominantes - a atribuição de sentido e finalidade ao resultado cotidiano da nossa atividade profissional. Para os que renunciam à construção do *ser*, resta o *nada*.

A antítese do *ser* é o *nada*. O *ser* se constitui com a disputa do controle sobre a produção da essência humana; com o enfrentamento da predominância da *lógica da mercadoria* que não tem outra finalidade senão sua própria reprodução; com a recusa dos fetiches, preconceitos e mitos; com uma ruptura com a naturalidade e a não redução à mediocridade dos necessários gestos de reprodução cotidiana da vida biológica; com a superação das ações da vida social que constituem mera reprodução do que "esta dado", não é produto da consciência e parece inevitável. Sem uma permanente postura de rebeldia

diante das *coisas*, resta o *nada*. Sem uma luta para constituição do *ser*, os homens não conseguem projetar sua essência para além de si, não conseguem se universalizar. A perda ou a inexistência de controle sobre a produção da própria essência humana leva ao *nada*.

As experiências do *socialismo real* constituíram uma grandiosa - e nem por isso não menos trágica - experiência coletiva de construção do *ser*. Corresponderam a uma luta de morte travada com a mercadoria e provaram que é possível a criação de relações não presididas por essa lógica. Mas não conseguiram evitar a supressão do *ser* e, como o capitalismo, produziram a reificação da esfera pública. Tampouco asseguraram condições que permitissem a afirmação do *ser*, a valorização das consciências e expressão das particularidades.

A elevação da atividade sindical para além da luta econômica exige o rompimento da naturalidade da luta econômica, e a busca, acima de tudo, da produção do espírito humano, a superação dos limites impostos pelas relações dominantes à nossa atividade. Isto é alcançável quando uma categoria enfrenta o *nada* e se dispõe a produzir a si própria, assumindo a tarefa de produzir a própria emancipação, valorizando os gestos da consciência.

### **ESCOLA DE CIDADANIA**

Uma alternativa para superação do primarismo da luta econômica é pensar o sindicato como *Escola de Cidadania*, o que não significa, vale ressaltar, uma escola de boas maneiras, de bom-mocismo, nem a substituição da luta econômica pelo debate. Trata-se, isto sim, de dotar o conflito de teleologia, de sentido humano. Trata-se de investigar, refletir sobre o mérito da atividade humana que cada categoria desenvolve e habilitar-se a ir além de reproduzir a essência humana que está dada - em seu aspecto *coisificado* pela lógica da mercadoria - e se dispor a produzir uma essência humana arbitrada pela consciência.

Implementar a concepção do sindicato como *Escola de Cidadania* é tanto afirmar a autonomia relativa de uma atividade particular na sociedade, como ir além da afirmação de particularismos. Não se confunde, porém, com o exercício pleno da cidadania que só pode se dar através dos partidos - essas instituições específicas e plenamente voltadas para a universalização das particularidades. Trata-se de uma atividade que deve proporcionar aos indivíduos com identidade decorrente da vida profissional, uma participação *determinada* na vida pública.

Trata-se de constituir um lugar para o exercício do pluralismo, da produção de consenso, do convívio entre diferentes e, com base nisso, estabelecer um processo de *direção coletiva* sobre uma instituição social. Congregando mesmo indivíduos que não se dispõem a outra participação na política, o sindicato deve proporcionar uma possibilidade para os indivíduos se universalizarem estabelecendo um vínculo com sua atividade profissional que vá além da determinação e que rompa com a lógica da "disciplina da fome", imposta pela remuneração salarial. Isso é possibilitado por um sindicato que incide sobre o próprio mérito da produção, isto é, sobre a finalidade da produção, sobre a qualidade do que é produzido. Em síntese, um sindicato que se dota de teleologia, pensando a função social de cada atividade humana.

Um sindicato concebido como *Escola de Cidadania* deve procurar a maior amplitude possível de integração do indivíduo, como profissional, à esfera pública. Isto significa pensar o exercício da profissão como atividade humana e não como uma mera atividade de subsistência. Também significa viver um processo, buscar um objetivo, por certo nunca integralmente atingível, de identificação não só com o produto da sua atividade, mas de identificação com a humanidade, de identificação com o produto da atividade humana como um todo, com a *práxis*, com o *ser*. Só essa busca incessante pode produzir um sentimento superior de cidadania, com indivíduos identificados entre si e que se reconhecem além das relações econômicas e, além disso, compreendem a integração da sua essência particular com o espírito humano, com as possibilidades do gênero humano. Isto é, indivíduos que estabeleçam uma relação com a *práxis*, com o conjunto do que é produzido pela atividade humana, e não apenas com o conjunto das determinações estabelecidas pela lógica das relações espontâneas e pela *lógica da mercadoria*.

### **A CIDADANIA COMO PROCESSO**

A cidadania é assim reconhecida em suas múltiplas dimensões, não como um projeto dado, como um valor humano universal, estático, imutável, com estatuto de "verdade", mas como uma medida da capacidade de produzir e transitar essência humana em determinado momento, por determinada parte. Isto é, algo sempre ambíguo, indeterminado, em constante processo de constituição. Mas que tende a se tornar integral na medida em que a produção da essência, por uma determinada particularidade, resulta da relação consciente desta particularidade com outras, num processo de identificação e crescente universalização.

Assim, esse sindicalismo persegue uma meta de cidadania que não é uma utopia, um resultado final, um fim para a história, uma culminância absoluta, mas um resultado sempre transitório, necessariamente tenso, contraditório, pleno de conflito, em que a consciência procura ser capaz de controlar os meios que constrói, para realizar os fins particulares exigidos pelas demandas do gênero humano. Encarnar essa idéia de processo é buscar uma humanidade melhor desde já e não apenas depois de suma suposta "conquista do Estado" ou algo que se promete para as gerações futuras.

Para isso, é necessário não apenas conceber fins, mas também engendrar - nas relações entre os integrantes da categoria e desta com outros setores sociais - uma eticidade, que é um fim, mas também condição para realizar um programa. É processo de conduta para realizar os fins e finalidade por si mesmo.

## **IV.**

### **A ESPECIFICIDADE DO SINDICALISMO NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO**

A profissão de jornalista tem uma especificidade - partilhada, em certa medida, com radialistas e artistas - que é a de constituir uma atividade humana relacionada com a produção do conhecimento e da cultura em escala de massas. Isto é, participa da base de uma atividade que está, contemporaneamente, associada à produção da essência humana em escala de massa.

Pensar a produção da cultura de massa e o seu papel nesse processo de produção, suas possibilidades e seus limites, é algo incontornável para a categoria que quiser se constituir autônoma e exercer sua identidade.

A produção da cultura de massas deve ser equacionada à luz das demandas da sociedade. Que país queremos? Que cultura queremos? Que tipo de homem desejamos estimular? Que valores devem prevalecer? São algumas das perguntas que temos de responder para pensarmos nosso papel social.

A definição desse papel social e de suas responsabilidades, sem incorrer em voluntarismo, exige profundidade teórica e política na abordagem das nossas questões e o estabelecimento de uma relação com a sociedade.

Aqueles que tem a tarefa de produzir informação, "correr atrás da notícia", de cotidianamente interpretar e avaliar o mundo, deve conseguir andar com as próprias pernas, olhar com os próprios olhos. A atual organização dos jornalistas nem de longe traduz o papel social e a importância que a categoria tem. Temos que redefinir o perfil orgânico, político e estratégico da categoria e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) deve assumir a tarefa de impulsionar essa revolução na organização e atuação dos sindicatos.

Temos que redimensionar nossa atividade no âmbito da produção da cultura de massa, arbitrar novas tarefas para a categoria e deixar de pensar em dissídio 365 dias por ano. Também temos que buscar a nossa identidade e reconhecer as diferenças com outras categorias afins, para que com estas possamos estabelecer um relacionamento produtivo.

## V.

# **BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DOS JORNALISTAS**

Não é muito difícil deduzir um programa a partir da abordagem aqui tentada. Difícil, isto sim, é impregnar a categoria com o conteúdo deste debate e mobilizar as bases e direções dos sindicatos para uma nova postura e uma nova atuação. Nossa proposta é abrir o debate, recolhendo idéias e as sugestões que dele possam resultar para a urgente formulação de uma política nacional e políticas regionais de atuação. O Encontro dos Jornalistas do Paraná deve ser um momento fundante desse debate.

## **REQUISITOS PARA A FORMULAÇÃO DE UM PROGRAMA**

A elaboração de um programa, com elementos deduzidos das questões aqui sumariamente levantadas, exige respostas a questões difíceis e atuais: como conduzir a luta e seus desdobramento num período de crise econômica, numa situação de recessão e desemprego? como projetar uma atuação viável das direções, em bases realistas? como furar o bloqueio das redações, o temor da categoria e avançar na recuperação dos salários e da dignidade da profissão?

Esta difícil situação tem decorrências que, paradoxalmente, podem favorecer determinadas linhas de atuação. A sensação de impotência que domina a categoria, por

exemplo, favorece a que os indivíduos pensem mais em si próprios, estejam mais predispostos à reflexão. Nesse quadro, podemos buscar saldo político, avanços nos debates e na formulação de estratégias e prospecção de possibilidades.

Em síntese, o Encontro Estadual dos Jornalistas do Paraná deve afirmar um gesto de vontade da categoria em buscar estas respostas e abrir esse debate. Não é pouco, diante da situação em que nos encontramos.

*Cascavel, 12 de novembro de 1993.*